

BRUNO BARCELLOS DE ALMEIDA
MAX AKIRA SENDA DE BRITO

Manual da
SENTENÇA CRIMINAL e
DOSIMETRIA DA PENA

PREFÁCIO

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

POSFÁCIO

Orlando Faccini Neto

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Lisboa - Portugal. Professor do Curso de Mestrado do IDP – Brasília. Juiz de Direito. Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris).

Manual da Sentença Criminal e Dosimetria da Pena

© Bruno Barcellos de Almeida & Max Akira Senda de Brito

EDITORAMIZUNO 2021

Revisão: José da Silva Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A447m Almeida, Bruno Barcellos de.

Manual da sentença criminal e dosimetria da pena / Bruno Barcellos de Almeida, Max Akira Senda de Brito. – Leme, SP: Mizuno, 2021.

404 p. : 16 x 23 cm

Inclui bibliografia.

Inclui índice alfabético remissivo.

978-65-5526-214-8

1. Direito penal. 2. Sentença (Direito). 3. Dosimetria da pena. I. Brito, Max Akira Senda de. II. Título.

CDD 347.9

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concementes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 Parque Alto das Palmeiras, Leme SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DAS PENAS	43
1. Sanção Penal.....	43
2. Conceito de Pena.....	43
3. Princípios Aplicáveis às Penas.....	44
3.1. Reserva Legal.....	44
3.2. Anterioridade.....	44
3.3. Intranscendência ou Responsabilidade Pessoal.....	44
3.4. Humanidade.....	44
3.5. Intervenção Mínima.....	45
3.6. Proporcionalidade.....	45
3.7. Individualização.....	45
4. Teorias da Pena.....	45
4.1. Teoria Absoluta e Finalidade Retributiva.....	46
4.2. Teoria Relativa e Finalidade Preventiva.....	46
4.3. Teoria Mista, Unificadora ou Eclética.....	46
4.4. Teoria Agnóstica ou Negativa.....	46
5. Função Social da Pena.....	47
6. Individualização da Pena e sua Evolução Histórica.....	47

CAPÍTULO II

ELEMENTOS DA SENTENÇA CRIMINAL	51
1. Introdução.....	51
2. Etimologia e Conceito De Sentença.....	51
3. Elementos Estruturais da Sentença Criminal e seus Requisitos.....	51
3.1. Relatório.....	52
3.2. Fundamentação.....	55

3.2.1. Materialidade/Existência do Fato	64
3.2.2. Autoria do Fato.....	67
3.2.3. Tipicidade Penal.....	75
3.2.4. Dispositivo.....	81

CAPÍTULO III

DOSIMETRIA DA PENA	85
1. Método Trifásico de Dosimetria da Pena.....	85
1.1. Hierarquia das Fases da Pena – Escalonamento Crescente Verticalizado	86
1.2. Primeira Fase – Fixação da Pena-Base (Circunstâncias Judiciais).....	87
1.2.1. Culpabilidade	103
1.2.2. Dos Antecedentes.....	108
1.2.3. Conduta Social.....	115
1.2.4. Personalidade do Agente	117
1.2.5. Motivos.....	121
1.2.6. Circunstâncias do Crime	124
1.2.7. Consequências do Crime	127
1.2.8. Comportamento da Vítima	131
2. Circunstâncias Judiciais na Legislação Especial	132
2.1. Exame das Circunstâncias Judiciais na Lei de Drogas.....	132
2.2. Exame das Circunstâncias Judiciais na Lei dos Crimes Ambientais	138
3. Segunda Fase — Pena Provisória (Circunstâncias Legais).....	140
3.1. Forma de Cálculo das Circunstâncias Legais	146
3.2. Das Circunstâncias Agravantes	153
3.2.1. Da Reincidência (Art. 61, I, do CP).....	153
3.2.2. Motivo Fútil ou Torpe (Art. 61, II, “A”, do CC).....	161
3.2.3. Para Facilitar ou Assegurar a Execução, a Ocultação, a Impunidade ou Vantagem de Outro Crime (Art. 61, II, “B”, do CP)	161
3.2.4. Com Traição, Emboscada, Dissimulação ou Outro Recurso que Dificultou ou Tornou Impossível a Defesa do Ofendido (Art. 61, II, “C”, do CP).....	162
3.2.5. Com Emprego de Veneno, Fogo, Explosivo, Tortura ou Outro Meio Insidioso ou Cruel, ou de que Possa Resultar Perigo Comum (Art. 61, II, “D”, do CP)	162
3.2.6. Contra Ascendente, Descendente, Irmão ou Cônjuge (Art. 61, II, “E”, do CP).....	163
3.2.7. Com Abuso de Autoridade ou Prevalendo-se de Relações Domésticas, de Coabitação ou de Hospitalidade ou com Violência Contra a Mulher na Forma da Lei Específica (Art. 61, II, “F”, do CP).....	163

3.2.8. Com Abuso de Poder ou Violação de Dever Inerente a Cargo, Ofício, Ministério ou Profissão (Art. 61, II, “G”, do CP)	165
3.2.9. Contra Criança, Maior de 60 (Sessenta) Anos, Enfermo ou Mulher Grávida (Art. 61, II, “H”, do CP)	166
3.2.10. Quando o Ofendido Estava sob a Imediata Proteção da Autoridade (Art. 61, II, “I”, do CP).....	169
3.2.11. Em Ocasão de Incêndio, Naufrágio, Inundação ou Qualquer Calamidade Pública, ou de Desgraça Particular do Ofendido (Art. 61, II, “J”, do CP)....	169
3.2.12. Em Estado de Embriaguez Preordenada (Art. 61, II, “L”, do CP)	169
4. Das Agravantes Previstas na Legislação Penal Especial	170
4.1. Lei dos Crimes Ambientais	170
4.2. Lei de Segurança Nacional	171
4.3. Código de Defesa do Consumidor	171
4.4. Código de Trânsito Brasileiro	171
4.5. Lei das Organizações Criminosas.....	172
5. Das Agravantes nos Crimes Praticados por Duas ou mais Pessoas (Art. 62, do CP)	172
5.1. Agente que Promove, ou Organiza a Cooperação no Crime ou Dirige A Atividade dos Demais Agentes (Art. 62, I, do CP);	172
5.2. Coage ou Induz Outrem à Execução Material do Crime;.....	173
5.3. Instiga ou Determina a Cometer o Crime Alguém Sujeito à Sua Autoridade ou Não Punível em Virtude de Condição ou Qualidade Pessoal;.....	174
5.4. Executa o Crime, ou Nele Participa, Mediante Paga ou Promessa de Recompensa;	174
6. Das Circunstâncias Legais Atenuantes	175
6.1. Ser o Agente Menor de 21 (Vinte e Um) na Data do Fato, ou Maior De 70 (Setenta) Anos na Data da Sentença (Art. 65, I, do CP);.....	175
6.1.1. Menoridade Relativa (Primeira Parte).....	175
6.1.2. Senilidade (Segunda Parte).....	176
6.2. O Desconhecimento da Lei (Art. 65, II, do CP);	177
6.3. O Agente Cometido o Crime por Motivo de Relevante Valor Social ou Moral (Art. 65, III, “A”, do CP);	179
6.4. Ter o Agente Procurado, por sua Espontânea Vontade e com Eficiência, logo após o Crime, Evitar-lhe ou Minorar-lhe as Consequências, ou Ter, Antes do Julgamento, Reparado o Dano (Art. 65, III, “B”, do CP);	179
6.5. Ter o Agente Cometido o Crime sob Coação a que Podia Resistir, ou em Cumprimento de Ordem de Autoridade Superior, ou Sob a Influência de Violenta Emoção, Provocada por Ato Injusto da Vítima (Art. 65, III, “C”, do CP);....	181
6.6. Ter o Agente Confessado Espontaneamente, Perante a Autoridade, a Autoria do Crime (Art. 65, III, “D”, do CP).....	184

6.7. Ter o Agente Cometido o Crime sob a Influência de Multidão em Tumulto, se Não o Provocou (Art. 65, III, “E”, do CP).....	190
6.8. Atenuante em Razão e Circunstância Relevante, Anterior ou Posterior ao Crime, Embora não Prevista Expressamente em Lei (Art. 66)	191
7. Das Atenuantes da Pena Previstas em Legislação Especial	192
8. Concurso entre Agravantes e Atenuantes Genéricas.....	193
9. Terceira Fase — Pena Definitiva (circunstâncias legais específicas)	198
9.1. Forma de Cálculo das Majorantes e Minorantes da Pena	202
9.2. Das Majorantes e Minorantes Previstas na Lei de Drogas	210
10. Majorantes do Rol do Art. 40	210
10.1. A Natureza, a Procedência da Substância ou do Produto Apreendido e as Circunstâncias do Fato evidenciarem a Transnacionalidade do Delito (Art. 40, I, da LD)	212
10.2. O Agente Praticar o Crime Prevalendo-se de Função Pública ou no Desempenho de Missão de Educação, Poder Familiar, Guarda ou Vigilância (Art. 40, II, da LD)	214
10.3. A Infração Tiver sido Cometida nas Dependências ou Imediações de Estabelecimentos Prisionais, de Ensino ou Hospitalares, de Sedes de Entidades Estudantis, Sociais, Culturais, Recreativas, Esportivas, ou Beneficentes, de Locais de Trabalho Coletivo, de Recintos onde se Realizem Espetáculos ou Diversões de Qualquer Natureza, de Serviços de Tratamento de Dependentes de Drogas ou de Reinserção Social, de Unidades Militares ou Policiais ou em Transportes Públicos (Art. 40, III, da LD);.....	214
10.4. O Crime Tiver sido Praticado com Violência, Grave Ameaça, Emprego de Arma de Fogo, ou Qualquer Processo de Intimidação Difusa ou Coletiva (Art. 40, IV, da LD);	218
10.5. Caracterizado o Tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e Distrito Federal (Art. 40, V, da LD)	220
10.6. Sua Prática Envolver ou Visar a Atingir Criança ou Adolescente ou a quem tenha, por qualquer Motivo, Diminuída ou Suprimida a Capacidade de Entendimento e Determinação (Art. 40, VI, da LD);.....	222
10.7. O Agente Financiar ou Custear a Prática do Crime (Art. 40, VII, DA LD)	224
11. Minorantes Previstas na Lei de Drogas.....	225
11.1. Do Tráfico Privilegiado (Art. 33, § 4º, da LD).....	225
11.2. Da Colaboração Voluntária (Art. 41, Caput, da LD)	232
11.3. Semi-Imputabilidade (Art. 46, Caput, da LD).....	232

CAPÍTULO IV

CONCURSO DE CRIMES	235
1. Introdução.....	235

2. Conceito	235
3. Sistemas de Aplicação da Pena para o Concurso de Crimes	236
3.1. Sistema do Cúmulo Material	236
3.2. Sistema da Exasperação da Pena	236
4. Espécies De Concurso de Crimes.....	237
4.1. Concurso Material	237
4.2. Concurso Formal.....	240
4.3. Continuidade Delitiva	246
4.3.1. Crime Continuado Genérico ou Comum	246
4.3.2. Crime Continuado Específico.....	256
4.3.3. Concurso Material Benéfico	259

CAPÍTULO V

PENA DE MULTA	267
1. Conceito	267
1.1. A Pena de Multa no Código Penal	268
1.2. Pena de Multa na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).....	272

CAPÍTULO VI

REGIME PRISIONAL INICIAL PARA CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	279
1. Introdução.....	279
2. Critérios para Fixação do Regime Prisional Inicial para Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade	280
3. Detração na Sentença Condenatória para Fins de Determinação do Regime Inicial de Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade (Art. 387, §2º, do CPP).....	285

CAPÍTULO VII

SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS...	289
1. Introdução.....	289
2. Espécies de Penas Restritivas de Direito.....	289
2.1. Prestação Pecuniária (Art. 45, §§ 1º E 2º, do CP)	289
2.2. Perda de Bens e Valores (Art. 45, § 3º, do CP)	290

2.3. Prestação de Serviços à Comunidade (Art. 46 do CP).....	290
2.4. Interdição Temporária de Direitos (Art. 47 do CP)	290
2.5. Limitação de Fim de Semana (Art. 48 do CP).....	291
3. Substituição da Pena na Legislação Penal Especial.....	298
3.1. Lei de Lavagem de Dinheiro	298
3.2. Lei dos Crimes Ambientais.....	299

CAPÍTULO VIII

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	303
1. Introdução.....	303
2. Espécies de Sursis Previstas no Código Penal e Requisitos para a sua Concessão na Sentença Condenatória pelo Juiz	305
2.1. 2.1. Sursis Comum.....	305
2.1.1. Requisitos Objetivos	306
2.1.2. 2.1.2. Requisitos Subjetivos.....	306
2.2. Sursis Especial.....	307
2.3. Sursis Etário	307
2.4. Sursis Humanitário.....	308

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS	313
1. Efeitos da Sentença Penal Condenatória.....	313
2. Efeitos Extrapenais da Sentença Penal Condenatória.....	313
2.1. Efeitos Extrapenais Genéricos.....	314
2.1.1. Tornar Certa a Obrigação de Indenizar.....	314
2.1.2. Confisco dos Instrumentos e Produtos do Crime.....	315
2.2. Efeitos Extrapenais Específicos.....	318
2.2.1. A Perda de Cargo, Função Pública ou Mandato Eletivo (Inciso I)	319
2.2.2. A Incapacidade para o Exercício do Poder Familiar, da Tutela ou da Curatela nos Crimes Dolosos Sujeitos à Pena de Reclusão Cometidos contra outrem Iguamente Titular do mesmo Poder Familiar, contra Filho, Filha ou outro Descendente ou contra Tutelado ou Curatelado (Inciso II)....	323
2.2.3. A Inabilitação para Dirigir Veículo quando Utilizado como Meio para a Prática de Crime Doloso (Inciso III)	324
2.3. Efeitos Da Condenação Na Legislação Penal Especial.....	325

2.3.1. Lei de Tortura	325
2.3.2. Lei de Organização Criminosa	326
2.3.3. Lei dos Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor	326
2.3.4. Lei de Lavagem de Capitais.....	326
2.3.5. Lei de Falência.....	327
2.3.6. Lei de Abuso de Autoridade	327
2.3.7. Lei de Drogas.....	328
3. Fixação do Mínimo Indenizatório – Art. 387, IV, do CPP.....	329

CAPÍTULO X

CONSIDERAÇÕES FINAIS OBRIGATÓRIAS	335
1. Exame do “Status Libertatis”.....	335
2. Expedição de Mandado de Prisão ou de Alvará de Soltura	339
3. Expedição de Guia de Execução ou de Recolhimento	341
4. Comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral.....	343
5. Rol dos Culpados e sua Revogação pela Lei nº 12.402/2011.....	343
6. Intimação do Ofendido	343
7. Sentença Penal Absolutória	344
8. Custas Processuais.....	344
9. Arquivamento do Processo	346
10. Providências Específicas.....	346
11. Epílogo.....	347
12. Autenticação da Sentença.....	347

CAPÍTULO XI

DICAS GERAIS PRÁTICAS PARA A PROVA DE SENTENÇA DA MAGISTRATURA	349
---	------------

CAPÍTULO XII

PRINCIPAIS ENUNCIADOS DE SÚMULA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES COBRADOS NAS PROVAS DE SENTENÇA DOS CONCURSOS DA MAGISTRATURA.....	355
1. Enunciados da Súmula do Superior Tribunal de Justiça	355
2. Enunciados da Súmula do Supremo Tribunal Federal.....	358
3. Enunciados das Súmulas Vinculantes	358

CAPÍTULO XIII

PRINCIPAIS TESES FIXADAS EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL (STF) E FIRMADAS SOB O REGIME DE RECURSOS REPETITIVOS (STJ) COBRADAS NAS PROVAS DE SENTENÇA DOS CONCURSOS DA MAGISTRATURA	359
1. Teses Fixadas em Sede de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal.....	359
2. Teses Firmadas em Sede de Recursos Repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça.....	361

CAPÍTULO XIV

ENUNCIADOS DE PROVAS PRÁTICAS DE SENTENÇA PENAL APLICADOS EM CONCURSOS DA MAGISTRATURA NACIONAL	363
1. TJDFT (XLIII Concurso Público – 2016).....	363
2. TJRJ (XLVII Concurso Público – 2016).....	370
3. TJCE (CESPE – CEBRASPE – 2018)	377
4. TJAC (Fundação VUNESP - 2019)	380
5. TJRO (XX Concurso – Fundação VUNESP – 2020).....	386

REFERÊNCIAS.....	389
-------------------------	------------

POSFÁCIO	393
-----------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	395
--	------------